

Acta N.º 22/2009	
Livro N.º	Folha N.º
35	

**Primeira Reunião de Funcionamento da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva eleita e instalada para o quadriénio de 2009/2013.-----**

**Acta n.º 22/2009**

Aos seis dias do mês de Novembro do ano de dois mil e nove, no Salão Nobre dos Paços do Município de Vila Nova de Paiva, em conformidade com o preceituado no art.º 61.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, reuniu a Câmara Municipal eleita no acto eleitoral realizado no pretérito dia onze de Outubro e instalada no passado dia dois de Novembro nos termos legais, para o próximo quadriénio de 2009/2013, composta por cinco membros, para agora efectuar a primeira reunião de funcionamento em cumprimento do citado dispositivo legal, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, eleito pela lista do Partido Socialista (PS), estando presentes os Srs. Vereadores Dr.ª Delfina Maria Fonseca Gomes, eleita pela lista do Partido Socialista (PS), Manuel Marques Custódio e Dr.ª Ana Cristina Ribeiro dos Santos, eleitos pela lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD) e Dr. Avantino Loureiro Beleza, eleito pela lista do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP). ----

----- A reunião foi secretariada por mim, José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara-----  
E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e dez minutos, e estando a totalidade da Vereação, e tendo ocupado os respectivos lugares, o Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

Passou-se de seguida à análise da ordem do dia, oportunamente remetida à Vereação.-----

**----- 1 – Escolha de um Vereador a Tempo Inteiro e designação do Vice-Presidente da Câmara -----**

----- O Executivo tomou conhecimento do Despacho de dois de Novembro do Sr. Presidente da Câmara que, ao abrigo da alínea d), do n.º 1, e n.º 3, do art.º 58.º, da designada Lei das Autarquias Locais (LAL) aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerou ser necessária a existência de um Vereador em Regime de Tempo Inteiro na Câmara Municipal, tendo ao abrigo do n.º 4 do art.º 58.º da mesma LAL, escolhido e designado para exercer as funções de Vereadora

a Tempo Inteiro, em regime de exclusividade, para o mandato autárquico de 2009/2013, com efeitos a partir do dia 3 de Novembro de 2009, inclusive, a Vereadora eleita pela Lista do Partido Socialista (PS) Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria Fonseca Gomes. -----

Ao abrigo do n.º 3 do art.º 57.º da mencionada LAL, e ainda em conformidade com o referido Despacho, o Sr. Presidente da Câmara designou aquela Sr.<sup>a</sup> Vereadora como Vice-Presidente da Câmara Municipal, cabendo-lhe substituir o Presidente nas suas férias, faltas e impedimentos, sem prejuízo das funções que oportunamente lhe serão delegadas e ou subdelegadas. -----

**----- 2 – Periodicidade das reuniões ordinárias da Câmara Municipal.-----**

**----- DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, o Executivo deliberou por unanimidade que, de futuro, as reuniões ordinárias deste Órgão Executivo, em conformidade com o disposto nos art.º 62.º da Lei das Autarquias Locais (LAL), passam a realizar-se nas primeira e terceira quintas-feiras, pelas dez horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal.-----

----- Em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 84.º da LAL será considerada pública a primeira reunião do mês.-----

----- Mais foi deliberado que na referida reunião pública, em conformidade e nos precisos termos do n.º 5 do art.º 84.º da LAL, encerrados os respectivos trabalhos, a Câmara Municipal fixará um período de tempo para intervenção do público que então estiver presente, para lhe serem prestados os esclarecimentos pretendidos, pela ordem de inscrição.

**----- 3 – Proposta de Delegação de Competências da Câmara Municipal no seu Presidente -----**

----- Foi oportunamente remetida ao Executivo a Proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 04 de Novembro de 2009 de Delegação de Competências da Câmara Municipal no seu Presidente, do seguinte teor integral: -----

Considerando que: -----

a) A delegação de competências constitui um instrumento destinado a conferir eficácia à gestão, possibilitando reservar para a reunião do órgão executivo as medidas de fundo e os actos de gestão da Câmara Municipal com maior relevância para o Município e para os cidadãos que nele vivem e trabalham; -----

Acta N.º <b>22/2009</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

**b)** Com efeito, a dimensão das matérias da competência da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva não possibilita uma apreciação célere da totalidade das mesmas, em reunião deste Órgão; -----

**c)** Prevê o artigo 65.º da designada Lei das Autarquias Locais (LAL) aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, rectificada pelas Declarações de Rectificação n.ºs 4/2002 e 9/2002, de 6 de Fevereiro e 5 de Março, respectivamente, a possibilidade de delegação de parte das competências da Câmara Municipal no seu Presidente e, subsequentemente, deste nos Vereadores; -----

**d)** Há toda a conveniência em incluir num único acto administrativo, o mais exaustivo possível, as diversas competências delegadas ao Presidente da Câmara de forma a permitir uma maior segurança jurídica e o mais fácil conhecimento das mesmas por parte dos munícipes no seu relacionamento com o Município e dos próprios Serviços Municipais.

Em consequência, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere, ao abrigo do artigo 65.º da LAL, conjugado com os artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delegar no seu Presidente e autorizar a sua subdelegação nos Vereadores, as seguintes competências:

**I)** Nos termos e limites do n.º 2 do artigo 69.º da LAL, as competências atribuídas por lei à Câmara Municipal, com excepção daquelas que sejam indelegáveis por lei ou por reserva expressa da presente Deliberação como segue: -----

**A** – No âmbito da organização e funcionamento dos serviços municipais e no da gestão corrente, previstas no n.º 1 do artigo 64.º da LAL, as seguintes: -----

1. Executar e velar pelo cumprimento das Deliberações da Assembleia Municipal; -----
2. Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros; -----
3. Deliberar sobre a locação e aquisição de bens móveis e serviços, nos termos da lei; -----
4. Alienar os bens móveis que se tornem dispensáveis, nos termos da lei; -----
- 5 Adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da Função Pública; -----
6. Apoiar ou participar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos educativos, nos termos da lei;-----
7. Organizar e gerir os transportes escolares; -----
8. Decidir sobre a administração de águas públicas sob a sua jurisdição; -----
9. Promover a publicação de documentos, anais ou boletins que interessem à história do Município; -----
10. Decidir sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos; -----

11. Estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações e estabelecer as regras de numeração dos edifícios; -----
  12. Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável; -----
  13. Decidir sobre a deambulação e extinção de animais nocivos; -----
  14. Declarar prescritos a favor do Município, nos termos e prazos fixados na lei geral e após publicação de avisos, os jazigos, os mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura; --
  15. Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas do Município. -----
- B** – No âmbito do planeamento e do desenvolvimento, previstas no n.º 2 do artigo 64.º da LAL, as seguintes: -----
16. Executar as opções do plano e o orçamento aprovados, bem como aprovar as suas alterações; -----
  17. Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do Órgão Deliberativo; -----
  18. Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no Património Municipal ou colocados, por lei, sob a Administração Municipal; -----
  19. Participar em órgãos de gestão de entidades da Administração Central, nos casos, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei; -----
  20. Colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da Administração Central; -----
  21. Designar os representantes do Município nos Conselhos Municipais ou Locais, nos termos da lei; -----
  22. Promover e apoiar o desenvolvimento de actividades artesanais, de manifestações etnográficas e a realização de eventos relacionados com a actividade económica de interesse municipal; -----
  23. Assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do Município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal; -----
- C** – No âmbito consultivo, previstas no n.º 3 do artigo 64.º da LAL, as seguintes: -----

Acta N.º 22/2009	
Livro N.º	Folha N.º
35	

24. Participar em Órgãos Consultivos de entidades da Administração Central, nos casos estabelecidos por lei; -----

**D** – No âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, previstas no n.º 4 do artigo 64.º da LAL, as seguintes: -----

25. Participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da Administração Central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de Regulamento Municipal; -----

26. Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nos termos definidos por lei; -----

**E** – Em matéria de licenciamento e fiscalização, previstas no n.º 5 do artigo 64.º da LAL, as seguintes: -----

27. Conceder licenças nos casos e nos termos estabelecidos por lei, designadamente para construção, reedificação, utilização, conservação ou demolição de edifícios, assim como para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos; -----

28. Realizar vistorias e executar, de forma exclusiva ou participada, a actividade fiscalizadora atribuída por lei, nos termos por esta definidos; -----

29. Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas; -----

30. Emitir licenças, matrículas, livretes e transferências de propriedade e respectivos averbamentos e proceder a exames, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos. -----

**F** – Em matéria de licenciamento e fiscalização, previstas no n.º 7 do artigo 64.º da LAL, as seguintes:-----

31. Administrar o domínio público municipal, nos termos da lei. -----

**II)** Ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do art.º 5.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, conjugado com os artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, praticar os actos administrativos a seguir elencados: -----

a) Declarar a isenção de licença administrativa ou a submissão ao regime de comunicação prévia, nos termos e efeitos previstos no art.º 6.º, n.ºs 1 a 3; -----

b) Autorizar o destaque, nos termos e efeitos previstos no art.º 6.º, n.ºs 4 a 8 e 10; -----

c) Emitir certidão, para efeitos de Registo Predial, nos termos previstos no art.º 6.º, n.º 9; ---

d) Declarar de realização de obras de escassa relevância urbanística nos termos e feitos previstos no art.º 6.º-A; -----

- e) Emitir Parecer Prévio, não vinculativo, sobre a execução de operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública, nos termos e efeitos previstos no artigo 7.º, n.º 2; --
- f) Pronunciar-se sobre as operações de loteamento e obras de urbanização promovidas pelo Estado, nos termos e efeitos previstos no art.º 7.º, n.º 3; -----
- g) Aprovar a Informação Prévia, nos termos e limites fixados nos art.ºs 14.º e 16.º; -----
- h) Apreciação dos projectos de loteamento, obras de urbanização e dos trabalhos de remodelação de terrenos, nos termos e efeitos do art.º 21.º; -----
- i) Decidir sobre os pedidos de licenciamento nos termos e prazos fixados no art.º 23.º; -----
- j) Decidir sobre a reapreciação de pedidos de licenciamento, nos termos e efeitos previstos no art.º 25.º; -----
- k) Emissão da licença para a realização de operações urbanísticas, e respectivas alterações, nos termos e efeitos, respectivamente, dos art.ºs 26.º e 27.º; -----
- l) Decidir sobre os pedidos de informação prévia, de licença ou comunicação prévia de operações urbanísticas cujo projecto carece de aprovação da Administração Central, nos termos e prazos referidos no art.º 37.º; -----
- m) Decidir sobre a alteração das condições da licença ou comunicação prévia de operação de loteamento, nos termos e para os efeitos previstos nos art.ºs 48.º e 48.º-A; -----
- n) Autorizar o fraccionamento de prédios rústicos nos termos e efeitos do art.º 50.º; -----
- o) Decidir sobre as condições e prazo de execução das obras de urbanização, nos termos e efeitos previstos no art.º 53; -----
- p) Reforçar e reduzir o montante da caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos previstos no art.º 54.º; -----
- q) Decidir sobre a execução faseada de obras de urbanização, nos termos e efeitos previstos no art.º 56.º; -----
- r) Fixar as condições e prazo de execução de obras de edificação, nos termos e efeitos previstos nos art.ºs 57.º e 58.º; -----
- s) Fixar os prazos de execução faseada de obras de edificação, nos casos e condições previstas no art.º 59.º; -----
- t) Designar a comissão para a realização da vistoria nos termos e para os efeitos a que se refere o n.º 2 do art.º 65.º; -----
- u) Autorizar a constituição de edifícios em regime de propriedade horizontal nos termos e efeitos previstos no art.º 66.º;-----
- v) Decidir sobre a revogação da licença ou da admissão de comunicação prévia nos termos e efeitos previstos no art.º 73.º; -----
- w) Determinar a execução de obras pela Câmara Municipal por conta do titular do alvará ou do apresentante da comunicação prévia, nos termos e efeitos previstos no n.º 1 do art.º 84.º;

Acta N.º 22/2009	
Livro N.º	Folha N.º
35	

- x) Accionar as cauções nos termos previstos no n.º 3 do art.º 84.º;-----
- y) Proceder ao levantamento do embargo, nos termos previstos no n.º 4 do art.º 84.º; -----
- z) Fixar prazo para a prestação da caução destinada a garantir a limpeza e reparação de danos causados em infra-estruturas públicas, nos termos previstos no n.º 2 do art.º 86.º; -----
- aa) Proceder à recepção provisória e definitiva das obras de urbanização, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 87.º; -----
- bb) Nomear os representantes da Câmara Municipal para integrar a comissão de vistoria para recepção de obras de urbanização, a que se refere o n.º 2 do art.º 87.º; -----
- cc) Fixar o prazo de execução de obras de correcção de deficiências de obras de urbanização e determinar a sua execução pela Câmara Municipal por conta do titular das referidas obras, nos termos e efeitos previstos no n.º 4 do art.º 87.º; -----
- dd) Emitir licença especial ou admitir comunicação prévia para a conclusão de obras inacabadas, nos termos e efeitos previstos no n.º 3 do art.º 88.º; -----
- ee) Determinar a execução de obras de conservação nos termos previstos no n.º 2 do art.º 89.º; -----
- ff) Ordenar a demolição total ou parcial de construções, nos termos e efeitos previstos no n.º 3 do art.º 89.º; -----
- gg) Determinar a realização e nomear técnicos para efeitos de vistoria prévia, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 seguintes do art.º 90.º; -----
- hh) Tomar posse administrativa de imóveis para efeitos de obras coercivas, nos termos previstos no art.º 91.º; -----
- ii) Ordenar o despejo administrativo de prédios ou parte de prédios, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 92.º; -----
- jj) Contratar com empresas privadas habilitadas para efeitos de fiscalização de obras, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 94.º; -----
- kk) Promover a realização de trabalhos de correcção ou alteração por conta do titular da licença ou do apresentante da comunicação prévia, nos termos previstos no n.º 3 do art.º 105.º; -----
- ll) Aceitar, para extinção de dívida, dação em cumprimento ou em função do cumprimento, nos termos previstos no n.º 2 do art.º 108.º; -----
- mm) Prestar a informação, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 110.º; -----
- nn) Fixar o período semanal para que os serviços municipais competentes estejam à disposição dos cidadãos para apresentação de eventuais pedidos de esclarecimento ou de informação ou reclamações, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 110.º; -----
- oo) Autorizar o pagamento fraccionado de taxas pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas, nos termos e efeitos previstos no n.º 2 do art.º 117.º; -----

pp) Designar o representante da Câmara Municipal para a comissão arbitral a que se refere o n.º 2 do art.º 118.º; -----

qq) Manter actualizada a relação de instrumentos jurídicos previstos no art.º 119.º; -----

rr) Prestar informações sobre processos relativos a operações urbanísticas, nos termos previstos no art.º 120.º; -----

ss) Enviar mensalmente os elementos estatísticos para o Instituto Nacional de Estatística, nos termos previstos no artigo 126.º. -----

**III)** Realizar vistorias e executar, de forma exclusiva ou participada, a actividade fiscalizadora atribuída por lei, nos termos por esta definidos, e aplicar sanções em matéria de segurança contra os riscos de incêndio, abrangendo as competências previstas nos artigos 8.º, 11.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 368/99, de 18 de Setembro (regime de protecção contra riscos de incêndio em estabelecimentos comerciais).-----

**IV)** Ordenar a execução de obras de reparação e fixar as condições gerais e especiais de salubridade, segurança e estética das edificações previstas no Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38.382, de 7 de Agosto de 1951; -----

**V)** Exercer ainda as seguintes competências: -----

a) Ao abrigo do art.º 8.º do Regulamento de Publicidade do Município de Vila Nova de Paiva, publicado por Aviso n.º 4.396/2004 no Apêndice n.º 77 ao Diário da República n.º 135, 2.ª Série, de 09.06.2004, alterado e republicado por Edital afixado em 06.02.2007, após aprovação pela Assembleia Municipal em sessão de 26.09.2006, sob proposta da Câmara Municipal em reunião de 16.08.2006, conceder as licenças de publicidade nos termos e efeitos previstos no Regulamento e autorizar a instalação e definir a localização de esplanadas nos termos e efeitos previstos no art.º 53.º do Regulamento.-----

b) Quanto ao Regime Jurídico de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Restauração e Bebidas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19 de Junho (regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 20/2008, de 27 de Novembro), as previstas no n.º 2 do art.º 4.º, art.º 7.º, n.º 3 do art.º 8.º, alínea a), n.º 1, do art.º 9.º, n.ºs 1 e 2 do art.º 10.º e art.º 19.º.-----

c) Quanto aos recintos de espectáculos e divertimentos públicos, as previstas no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro, e nos artigos 11.º, n.º 2, alíneas a), b) e c), 18.º, 19.º, 23.º do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro; -----

d) Quanto ao Regulamento Geral do Ruído aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18/2007, de 16 de Março: promover a elaboração de mapas de ruído a que se refere o art.º 7.º, para efeitos do art.º 6.º, e dos planos municipais de redução do ruído a que se refere o art.º 8.º, para aprovação da

Acta N.º 22/2009	
Livro N.º	Folha N.º
35	

Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal; promover a elaboração do relatório sobre o ambiente acústico nos termos e efeitos previstos no art.º 10.º; emitir a licença especial de ruído nos termos e para os efeitos previstos no art.º 15.º; fiscalizar o cumprimento das normas do Regulamento Geral do Ruído, prevista na alínea d) do art.º 26.º, e as previstas no n.º 2 do art.º 30.º; -----

e) Quanto à actividade e ao mercado dos transportes em táxi, emitir licenças de táxi na sequência de concurso público nos termos da regulamentação municipal em vigor, emitir licenças por substituição de viaturas e ou por transferência de propriedade e respectivos averbamentos, determinar vistorias e registos, e as competências previstas nos artigos 12.º, 13.º, 14.º, n.º 2 do artigo 27.º e 30.º, todos do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 156/99, de 14 de Setembro, e 106/2001, de 31 de Agosto, e pelos Decretos-Lei n.ºs 41/2003, de 11 de Março, e 4/2004, de 6 de Janeiro;-----

f) Quanto à matéria de Procedimento e Processo Tributário, as previstas no n.º 3 do art.º 56.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), e nas alíneas b) a j) do n.º 1 do art.º 10.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas;-----

g) Quanto ao licenciamento do exercício e à fiscalização das Actividades Diversas, as previstas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de Novembro, e nos artigos 4.º, 10.º, 11.º, n.º 1, 14.º, 15.º, n.º 1, 18.º, 23.º, 27.º, 29.º, n.º 1, 33.º, 35.º, 39.º, n.º 2, 41.º, 50.º, n.º 1, 51.º e 52.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de Junho e pelo Regulamento Geral do Ruído; -----

h) Quanto às medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta contra Incêndios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho: promover a elaboração dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios a que se referem os art.ºs 10.º e 11.º para aprovação pelas entidades competentes; as competências previstas nos art.ºs 15.º, 21.º e 24.º; licenciar a realização de queimadas nos termos e feitos previstos no art.º 27.º; autorizar a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos nos termos e efeitos previstos no art.º 29.º. -----

VI) Delegar as competências necessárias à instrução dos procedimentos e à execução das Deliberações da competência da Câmara, nos termos dos n.ºs 2 e 4 do artigo 86.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de delegação de competências apresentada.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

